

RECURSO ESPECIAL Nº 1.857.439 - SP (2020/0007429-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : FRANGO CHOPPERIA E RESTAURANTE LTDA
ADVOGADOS : LUIZ COELHO PAMPLONA - SP147549
EDUARDO LIEBSCHER DE SIQUEIRA - SP344000
MARINA PASSOS COSTA - SP316867
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Frango Chopperia e Restaurante Ltda. contra acórdão proferido pelo TRF da 2ª Região assim ementado:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CABIMENTO PARCIAL. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO ANTERIOR.

I. Encontra-se consolidada a jurisprudência, firme quanto à adequação da exceção de pré-executividade para a discussão exclusivamente de matéria de ordem pública, cuja comprovação não demande dilação probatória, a significar, pois, que somente questões apreciáveis de ofício - e desde que estejam fundadas em prova produzida de plano - cabem nesta via cognitiva estreita. Desse modo, não há que se falar eventual irregularidade quanto à penhora/bloqueio de valores em conta bancária do segundo agravante.

2. Somente questões apreciáveis de ofício - e desde que estejam fundadas em prova produzida de plano - cabem nesta via cognitiva estreita. Desse modo, não há que se falar em extinção de crédito por pagamento.

3. Compulsando os autos, verifica-se que a própria União Federal reconheceu configurar-se a prescrição dos créditos constituídos em 07.04.2009 (fls. 166 e 213), bem como declarada a prescrição pelo próprio Juízo, na decisão agravada (fis. 235, primeiro parágrafo), exatamente em relação aos créditos apontados pela agravante (fls. 25, 37, 57 e 59). Forçoso concluir, portanto, não haver que se reformar a decisão agravada.

4. Agravo de Instrumento improvido.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos nestes termos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO EXISTENTE. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE NULIDADE DA DECISÃO AGRAVADA. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. Existindo no acórdão embargado omissão ou contradição a serem sanadas, acolhem-se os embargos opostos sob tais fundamentos.

2. Com razão a embargante, vez que o v. acórdão foi omissivo quanto ao pedido principal de nulidade da r. decisão agravada, ante a ausência de

intimação da executada dos documentos juntados pela exequente e, deste modo, reconheceu o pagamento parcial do débito.

3. No entanto, inexistente a nulidade apontada, uma vez que na exceção de pré-executividade a comprovação de pagamento do débito deve ser feita de plano, havendo necessidade de dilação probatória, como pretende a agravante, ora embargante, é incabível, devendo se socorrer do recurso cabível, qual seja, embargos à execução.

4. Embargos acolhidos.

A recorrente aponta ofensa aos arts. 156, I e V, e 151, VI, do CTN.

Ofertadas as contrarrazões, o apelo nobre foi admitido na origem.

É o relatório.

Acerca da controvérsia, decidiu o Tribunal regional:

Compulsando os autos, verifica-se que a própria União Federal reconheceu configurar-se a prescrição dos créditos constituídos em 07.04.2009 (fls. 166 e 213), bem como declarada a prescrição pelo próprio Juízo, na decisão agravada (fls. 235, primeiro parágrafo), exatamente em relação aos créditos apontados pela agravante (fls. 25, 37, 57 e 59). Forçoso concluir, portanto, não haver que se reformar a decisão agravada.

Com razão a embargante, vez que o v. acórdão foi omissivo quanto ao pedido principal de nulidade da r. decisão agravada, ante a ausência de intimação da executada dos documentos juntados pela exequente e, deste modo, reconheceu o pagamento parcial do débito.

No entanto, inexistente a nulidade apontada, uma vez que na exceção de pré-executividade a comprovação de pagamento do débito deve ser feita de plano, havendo necessidade de dilação probatória, como pretende a agravante, ora embargante, é incabível, devendo se socorrer do recurso cabível, qual seja, embargos à execução.

A pretensão recursal que busca infirmar as premissas do acórdão impugnado esbarra no óbice constante da Súmula 7/STJ. Os fatos são aqui recebidos tal como estabelecidos pelo Tribunal *a quo*. Se a violação do dispositivo legal invocado perpassa pela necessidade de se fixar premissa fática diversa da que consta do acórdão impugnado, inviável o apelo nobre:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PLEITO PARA QUE SE REAVALIE OS FATOS ALEGADOS. IMPOSSIBILIDADE POR MEIO DO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. PRECEDENTES.

1. A exceção de pré-executividade somente é cabível nas hipóteses em que for desnecessária maior dilação probatória.

2. As instâncias ordinárias indeferiram a exceção de pré-executividade em razão dos fatos alegados demandarem lastro probatório [pagamento, ilicitude da confissão de débitos e juros abusivos frente ao parcelamento do débito], o

Superior Tribunal de Justiça

que não se coadunava com a via eleita. Entendimento diverso por meio do especial provocaria o revolvimento do acervo probatório.

3. O executado não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão judicial, que se apoiou em orientação aqui consolidada.

Incidência da Súmula nº 7 do STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 554.497/MS, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/12/2014, DJe 15/12/2014)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes
Relator